

A IMPOSSIBILIDADE DE FURTAR-SE AO OUTRO: SUBJETIVIDADE E MEDIAÇÃO

Thereza Cristina L. V. Alves da Cunha

Introdução

A impossibilidade de furtar-se ao Outro diz respeito ao seu brilho. Buscamos nesta comunicação refletir sobre uma modalidade de mediação que dá muito menos importância à compreensão do Outro do que à luz que ele lança sobre o nosso mundo: seu brilho põe em questão a minha alegre posse do mundo. Trata-se de um encontro onde a distância entre o sujeito-mediador e o Outro é suportada, o que não significa que a relação seja prejudicada por esta distância. Temos como inspiração a ética do filósofo contemporâneo, Emmanuel Levinas. Para esse autor, o olhar que se volta para a alteridade não investiga, não desnuda, não classifica. Voltar-se para o Outro, segundo Levinas, poderia corresponder a uma certa maneira de olhar para o céu.

Dois Tipos de Mediador: aquele que se parece com os maus etnólogos e aquele que se parece com os bons psicanalistas

Supomos que ao olhar para o céu um bom psicanalista, por assim dizer, escutaria estrelas, o que significa que os seus olhos, neste momento, teriam dispensado a antiga cumplicidade que costumam manter com as mãos. Desse modo, ao olhar para o céu, seu entendimento seria perturbado pois neste momento, seus olhos purificados da cobiça, não se prestariam a nenhuma conquista; devotar-se-iam (os seus olhos) a sustentar o indizível dando-lhe ouvidos.

Lembre-mo-nos de que no entendimento somos capazes de conter, de juntar elementos dispersos, de integrar a nós mesmos e o objeto, fazendo caber a exterioridade no espaço da consciência, o que é o mesmo que dizer que abarcamos pela representação o pensador e o pensado. Do bom psicanalista diríamos, portanto, que – ao olhar para o céu - ele não buscaria o entendimento. Para sermos mais fiéis ao pensamento de Levinas seria preciso dizer que não se trata, nesta maneira de olhar o céu, de buscar seja lá o que for, pois o céu, por assim dizer, nos pediria um movimento diferente do movimento da procura. Nas palavras de Levinas:

O céu chama por um olhar diferente do olhar que é movido por um objetivo [por um propósito] e que é fruto de uma necessidade e da procura de algo. Ele chama por olhos purificados da cobiça, por um olhar diferente do olhar do caçador que é cheio de astúcia e que espera o momento da captura.

The sky calls for a gaze other than that of a vision that is already an aiming and proceeds from need and to the pursuit of things. It calls for eyes purified of covetousness, a gaze other than that of the hunter with all his ruse, awaiting the capture (Levinas, *God, Death, and Time*, 2000, p.163)

Quanto aos maus etnólogos nós os compararíamos aos cosmonautas à procura de pedras espaciais que apresentem os mesmos elementos químicos que encontramos em nossos minerais terrestres. Ambos – etnólogo e cosmonauta - buscam o familiar e não importa o quanto se afastem de suas casas, eles sempre encontram as mesmas estruturas. Louvam o Mesmo: para eles nada é novo sob o sol nem ao redor dele.

Se, dissemos acima que há um tipo de mediador que se parece com o bom psicanalista foi para introduzir a idéia de que o mediador pode eleger um tipo de escuta ou de olhar que não se reduz a conter o que vê. Com isso não queremos dizer que além de conter ele exerceria ainda outras operações sobre seus conteúdos; pelo contrário, seria uma forma de dar olhos e ouvidos

que pertenceria à ordem da sensibilidade e não à ordem da apreensão, do domínio, do saber (da análise), que são variações do regime de propriedade. O movimento econômico da mão, que agarra, que adquire, é perfeitamente adequado ao trabalho que capta a matéria enquanto matéria-prima. No entanto, o movimento econômico da mão não é adequado no encontro com o Outro.

Segundo Emmanuel Levinas as mãos nos servem tanto como órgão de apreensão quanto como órgão de sensibilidade. Toda a manipulação de um sistema de utensílios e ferramentas, todo o trabalho de domesticação da natureza e de transformação do mundo supõe um domínio original da mão sobre as coisas: a mão apanha, abarca e faz reconhecimentos, “pois é da presa e não da sombra que ela se apodera” (Levinas, *Totalidade e Infinito*, 144).

A mão como órgão de apreensão, de aquisição, também guarda o fruto que colhe, põe-no de reserva. Enquanto agarra, adquire e leva para a casa a mão não é um órgão da sensibilidade, pois é movida pela necessidade que visa a saciedade, pela preocupação com o dia de amanhã, pela falta que busca o preenchimento seja ele momentâneo ou futuro. Por outro lado, a mão como órgão da sensibilidade está mais próxima à escuta, pois ela toca menos do que é tocada; a mão como órgão da sensibilidade não é a mão do tateamento, ou seja, não é a mão que faz reconhecimentos. Na ordem da sensibilidade, minhas mãos se abririam antes que eu me decidisse a ofertar algo ao Outro.

O filósofo e ensaísta espanhol José Ortega y Gasset ao buscar os significados remotos do cumprimento, da saudação, também destacou o papel das mãos. Ele nos ensina que um aperto de mão significava sobretudo que aqueles que se encontravam não traziam armas e que um punho fechado podia indicar uma lâmina escondida. No mundo em que vivemos, cujos temas mais urgentes são a exclusão, a alergia à diferença, a xenofobia e a guerra, seria bom se aprendêssemos com as mãos da sensibilidade *o toque da escuta*. Para Emmanuel Levinas, a subjetividade ética se constitui ao encontrar recursos para atender ao Outro: das mãos espera-se que elas encontrem

e levem estes recursos. Para isso seria preciso escutar o Outro. E uma certa maneira de ouvir marcaria a diferença entre os dois tipos básicos de mediador acima referidos: o primeiro estaria afinado com uma certa prática da etnologia e o segundo buscaria inspiração nas técnicas da psicanálise. Do segundo, diremos apenas que aquilo que ele leva alarga o campo de busca do Outro, isso é, ele levaria algo que remeteria a algo mais.

Mas há quem leve o que o Outro não quer. Lévi-Strauss, em uma longa entrevista concedida a Didier Eribon¹, nos dá um ótimo exemplo do que poderíamos chamar *a arrogância dos etnólogos*. Partimos da suposição, talvez ingênua, de que pessoas que escolhem o trabalho de campo deveriam ser vacinadas não apenas contra as doenças tropicais. Por que não pensar, por assim dizer, em vacinas que nos protejam de nossa alergia ao Outro, ao diferente? Causa espanto o fato de que um etnólogo, em vez de vacina, dê letras à sua alergia. Refiro-me aos escritos de etnólogos que contam como eles passaram a detestar as pessoas de uma tribo simplesmente porque elas não colocaram a sua disposição todas as informações que eles planejavam conseguir. É maior ainda o nosso espanto quando Lévi-Strauss diz que teve a impressão de estar jogando a sua vida fora por não ter conseguido arrancar do Outro aquilo que queria. Vale a pena ouvir o famoso etnólogo. Destaco um trecho da entrevista:

D.E.: O senhor também experimentou [em suas pesquisas de campo] as sensações que Malinowski descreve em seu diário? Aqueles sentimentos de irritação, de nojo até?

C.L.S.: Certamente. Alguns etnólogos indignaram-se hipocritamente quando o diário apareceu, afirmando que ele contradizia sua obra. Mas, quem não os atravessou, esses momentos de depressão? [...] Quando se perdeu quinze dias numa tribo indígena sem ter conseguido extrair o que quer que seja das pessoas que nos rodeiam, simplesmente porque as aborrecemos, começamos a detestá-las.

D.E.: Isso aconteceu com o senhor?

C.L.S.: Nas savanas ingratas do Brasil central, quantas vezes não tive a impressão de estar jogando minha vida fora! (Eribon, 1990. p.62)

Nas palavras do ilustre etnólogo não há nada que aponte para um desejo de ouvir o outro. Claro que ele quer ouvir, mas apenas no sentido de extrair informações, colher dados. O etnólogo é o mediador demandante. Seu desejo é *desejo das invariantes*, sua obsessão são as estruturas, não o Outro.

Quanto aos membros da tribo não sabemos o que eles demandavam. Talvez lhes interessasse saber se aqueles homens sabiam dançar. O que não podiam imaginar é que uma estranha coreografia desenharia os passos que circundariam seus utensílios, enfeites, armas e ferramentas: os passos do público que contornariam as vitrines do museu. Os mediadores, por outro lado, já imaginavam como o público responderia as suas exposições e à publicação de seus estudos.

Em 1937, na Galeria Wildenstein, em Paris, a exposição que apresentava a coleção trazida de Mato Grosso por Lévi-Strauss e sua mulher é um sucesso de crítica. “Era uma boa coleção etnográfica”, avalia Strauss, “pois havíamos recolhido entre os cadiveu cerâmicas decoradas e peles pintadas com motivos singulares que só existem na América”. Sobre os objetos bororo ele fala ainda com mais entusiasmo, pois essas tribos decoram ricamente até suas armas de caça e utensílios. “Tínhamos principalmente enfeites de plumas, dentes e unhas de animais”, conta o etnólogo, “e havia peças espetaculares” (Eribon, 1990.p.33).

Recuemos alguns anos para encontrar também em Paris uma exposição ainda mais espetacular, uma das atrações de maior apelo popular na cidade luz no ano de 1877. Trata-se da exposição etnológica de esquimós, entre outros povos “selvagens”, no Jardim de Aclimação. Construído no Bois de Boulogne, em 1859 por Napoleão Terceiro, esse jardim tinha no início o objetivo de reunir espécimes exóticos, como gorilas, girafas, cangurus, mas depois que a novidade lançada pouco antes na Alemanha, de hospedar “povos puramente naturais”, chegou na

França o público do Jardim dobrou logo no primeiro ano – o Jardim de Aclimação teve um salto significativo no lucro e na afluência.

No entanto, nem só de interesses comerciais se nutriam esses zoológicos humanos, explica o historiador Nicolas Bancel – um dos organizadores do livro “Zoológicos Humanos” que está saindo na França -, já que espalhados por toda a Europa e EUA eles atraíam também a atenção de antropólogos. O interesse dos últimos era estudar e catalogar os resquícios do que considerava-se que seriam as “raças humanas inferiores” prestes a serem atropeladas pela marcha do “progresso” universal. Ressalte-se ainda que a Escola de Antropologia de Paris irá utilizar esses espetáculos para realizar suas próprias medições antropométricas o que dá uma legitimação científica a tais espetáculos. Quanto a sua legitimidade ética, isso simplesmente não existia, não era um problema. A paixão dos etnólogos pelo saber não correspondia ao desejo de buscar meios de atender ao desamparo do Outro. O Outro não brilha; a estrela é o sujeito do conhecimento. As exposições etnológicas continuaram até o ano de 1931.

“Desfilando, dançando e ostentando seus corpos nus a platéias supostamente civilizadas” eles não sabiam que estavam nutrindo a ideologia do racismo científico, cristalizando estereótipos sobre o outro (o não-ocidental) que se tornariam arquétipos. Não é por acaso que os zoológicos humanos são fenômenos do século dezenove, explica Nicolas Bancel: “Eles [os zoológicos humanos] permitem fixar o estatuto da alteridade, da diferença, hierarquizando-a. Essa função identificatória, que está nas origens do racismo e permeia toda a nossa cultura popular e mesmo científica, foi constante ao longo de toda a colonização e ressurge na história da França e da Europa” (Bancel – em entrevista dada à Folha de São Paulo/ *Mais* – 14.07.02). Trata-se, para Bancel, de uma estrutura que pode enfraquecer em algumas épocas, dormir durante certos períodos, mas que desperta em situações de crise: “Não tenho dúvida de que tais arquétipos têm um papel importante no recente crescimento eleitoral da extrema direita em países

da Europa”, alerta o historiador. E quanto a nós, qual arquétipo nortearia nosso comportamento de rejeição, sem falar do nosso medo, quando crianças que não nasceram sob uma boa estrela nos pedem um trocado?

Pequenos Planetas

Planeta: Astro sem luz própria que gira em torno do Sol. Diz ainda o dicionário que são conhecidos atualmente nove planetas principais em ordem de proximidade do Sol: Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Saturno, Urano, Netuno e Plutão.

Basta andar distraído pelas ruas da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, onde só o acaso pode nos proteger, para ver desmentido o número nove. Meninos que não nasceram sob uma boa estrela lançam astros em plena luz do dia.

À Malabar, costa ocidental da Índia, está referida a denominação de um certo tipo de jogo: jogos malabares. Praticados por indianos, chineses e outros povos, esses jogos consistem em lançar objetos para o ar, uns após os outros, apanhá-los em seguida e tornar a lançá-los, com extraordinária agilidade de modo que não caiam no chão. São diversos os objetos utilizados pelos malabaristas: laranjas, aros de madeira ou metal, balizas na forma daquelas que são utilizadas no jogo de boliche e até punhais.

Pequenos malabaristas na cidade maravilhosa mostram as mãos: não trazem giletes. Lançam astros. Referimo-nos aqui, às crianças de rua que durante a parada dos carros nos sinais de trânsito fazem malabarismo com bolinhas utilizadas no jogo de tênis. Imitam no asfalto as estrelas de circo: algumas delas sofisticam mais o jogo, subindo nos ombros do *partner* e usando um nariz de palhaço e alguma maquiagem.

Por que não conseguimos escuta-las?

Bibliografia

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito*, Lisboa: Edições 70, 1988

_____. *God, Death, and Time*, California: Stanford University Press, 2000

SOARES, Caio . In, Caderno *Mais da Folha de São Paulo* – número 544, São Paulo, 2002

ERIBON, Didier. *Claude Lévi-Strauss De Perto e De Longe*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988